

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Diretoria Geral

Processo nº 202104000268387
Nome DIRETORIA DE OBRAS
Assunto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS - PORTARIA 19/2015 DG

DESPACHO

Trata-se de Termo de Referência (evento 1), que tem por objetivo a contratação de empresa especializada, em caráter emergencial, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, abrangendo o fornecimento de insumos e mão de obra, nos nobreaks (UPS) instalados nas unidades relacionadas deste Tribunal de Justiça.

Após regular tramitação, a Assessoria Jurídica ofertou parecer manifestando-se pela possibilidade legal de se realizar a contratação direta emergencial, por dispensa de licitação.

Dessa forma, diante das informações e documentos constantes dos autos, além da manifestação da unidade técnica responsável, acolho o parecer jurídico constante do evento retro e, com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, consoante proposta apresentada no evento 16, autorizo a contratação em caráter emergencial da empresa Power Safety Serviços e Comércio de Eletroeletrônicos Ltda - ME, pelo valor total de R\$ 355.500,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), visando a realização dos serviços de manutenção sobre os equipamentos indicados pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias.

Encaminhem-se os autos à ilustre Presidência, para fins do art. 26 da

Nº Processo PROAD: 202104000268387

Lei 8.666/1993 e, em sendo ratificada a presente contratação, registre a presente decisão no sistema de informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Sigam os autos à Diretoria Financeira para emissão da nota de empenho, com as cautelas de praxe.

Após, retornem-se a esta Assessoria Jurídica para providências complementares.

Rodrigo Leandro da Silva
Diretor-Geral

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 423199940624 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202104000268387

RODRIGO LEANDRO DA SILVA

DIRETOR(A) GERAL

DIRETORIA GERAL

Assinatura CONFIRMADA em 23/06/2021 às 21:23





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Gabinete da Presidência

Processo nº: 202104000268387
Nome / Interessado: DIRETORIA DE OBRAS
Assunto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS -
PORTARIA 19/2015 DG

DESPACHO

Tratam-se os autos de Termo de Referencia (evento 1), que visa a contratação, em caráter emergencial, de serviços de manutenção preventiva e corretiva, abrangendo insumos e mão de obra, e dos Nobreaks essenciais e indispensáveis para o desenvolvimento das atividades fins do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Após regular tramitação destes autos, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, por meio de Parecer (evento 44), alicerçada nos documentos e legislação acerca da matéria, manifestou-se favorável à contratação:

[...] destaca-se que as empresas manifestamente interessadas em atender à presente contratação constam como participantes do certame licitatório suspenso (Proad 202003000217145), não havendo razão para aplicação de outro critério, que não, o de menor preço, proposto como elemento de justificação da escolha entre elas, mesmo porque, submetidas às fases de habilitação técnica, todas as licitantes do certame licitatório nº 68/2020 foram devidamente consultadas e apresentaram propostas de preço relativas ao serviço em questão.

[...]

Por fim, insta consignar que o contrato emergencial deve conter expressa cláusula resolutiva, estabelecendo a sua extinção logo após a conclusão do processo licitatório para nova contratação dos correspondentes serviços.

Pelo exposto, diante dos informes e documentos que instruem os autos, esta Assessoria Jurídica **opina pela possibilidade de realização da contratação em questão, em caráter emergencial, por dispensa de licitação, nos termos do disposto no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.**

A Diretoria-Geral, no Despacho constante do evento 46, acolhendo referido parecer da Assessoria Jurídica daquele órgão diretivo, encaminhou o feito a esta Presidência para fins de ratificação, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93, na seguinte forma:

[...] diante das informações e documentos constantes dos autos, além da manifestação da unidade técnica responsável, acolho o parecer jurídico constante do evento retro e, com fulcro no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, consoante proposta apresentada no evento 16, autorizo a contratação em caráter emergencial da empresa Power Safety Serviços e Comércio de Eletroeletrônicos Ltda - ME, pelo valor total de R\$ 355.500,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), visando a realização dos serviços de manutenção sobre os equipamentos indicados pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias.

Encaminhem-se os autos à ilustre Presidência, para fins do art. 26 da Lei 8.666/1993 e, em sendo ratificada a presente contratação, registre a presente decisão no sistema de informação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

De acordo com Lei n.º 8.666/93, a licitação é dispensada (ou dispensável) no caso de alienação de bens móveis e imóveis, conforme disposto no art. 17, e também nas hipóteses descritas no art. 24. Em todos os casos, configura-se a viabilidade de competição, o que torna a licitação possível. No entanto, por comando normativo expresso, o procedimento licitatório estaria dispensado.

É dispensável a licitação nos casos de emergência ou calamidade pública (art. 24, IV). A noção de emergência ou calamidade pressupõe o atendimento inadiável de um interesse público com o nítido objetivo de evitar dano potencial à coletividade.

Para a incidência do referido dispositivo, então, em conjugação com o art. 26, parágrafo único da Lei 8.666/93, temos ainda como exigência: e) caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa; f) razão de escolha do fornecedor ou executante; e g) justificativa do preço.

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave eiminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III- justificativa do preço [...].

Acerca da situação de emergência, se entende como aquela que decorre de fatos imprevisíveis e que exigem providência imediata da administração sob pena de potenciais prejuízos ao patrimônio público e/ou à continuidade de serviços de relevante interesse à sociedade.

No presente caso, verifica-se que não restam dúvidas acerca da imprevisibilidade do ocorrido, vez que a suspensão do certame se deu em função de decisão judicial, comprometendo todo planejamento da licitação e o consequente início da execução sobre os serviços.

Ademais, ressalta-se que os riscos aventados pela unidade técnica carregam séria implicação de continuidade, com possíveis prejuízos de cunho patrimonial descritos, além da possibilidade de interrupção do expediente forense (evento 40).

Ao teor do exposto, **ratifico**, consoante o art. 26 da Lei nº 8.666/93, o despacho da Diretoria-Geral (evento 46), que **autorizou a contratação em caráter emergencial** da empresa Power Safety Serviços e Comércio de Eletroeletrônicos Ltda – ME, pelo valor total de R\$ 355.500,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos reais) conforme proposta apresentada no evento 16, visando a realização dos serviços de manutenção sobre os equipamentos indicados pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias.

Nº Processo PROAD: 202104000268387

Publique-se.

Dê-se ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a Diretoria de Auditoria Interna deste Tribunal .

Remetam-se os presentes autos à Diretoria Financeira para emissão da nota de empenho.

Em seguida, à Diretoria-Geral para adoção de providências que entender pertinentes.

Imprima-se urgência

Goiânia, *datado e assinado digitalmente*.

Desembargador CARLOS ALBERTO FRANÇA
Presidente

//AssAdM 07

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 425067781903 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202104000268387

CARLOS ALBERTO FRANÇA

PRESIDENTE

PRESIDENCIA

Assinatura CONFIRMADA em 28/06/2021 às 23:51

